ATA Nº. 0015/2016 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

LOCAL: Sala de Reuniões da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Cidadania (SDSC)

DATA: 01/11/2016

HORÁRIO: 09h17min

1. PARTICIPANTES

1.1. CONSELHEIROS TITULARES PRESENTES

1.1.1. Governamentais:

Edison Souza Sales (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Cidadania)

Cláudia Musse (Fundação Cultural da Ilha de SFS)

Jucélia da Rocha (Secretaria Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários)

Célia Cecília Ritt Loch (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Cidadania)

Maria Aparecida Loydi (Secretaria Municipal de Saúde)

Jeanice Cristine Ozório Corrêa Krapp (Secretaria Municipal de Educação)

1.1.2. Não Governamentais:

Maria Isabel Simas Pacheco (Usuários da Assistência Social)

Eliane Maria Gonçalves (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE)

Emile Ventriglio (Trabalhadores do Setor Não Governamental)

1.2. CONSELHEIROS SUPLENTES:

1.2.1. Governamental

Não houve presença.

1.2.2. Não Governamentais:

Marivaldo Lézion Oliveira (Assoc. Com. Cristã São Paulo Apóstolo - Lar dos Idosos)

Paulo Afonso da Silva (Associação de Aposentados e Pensionistas de SFS)

Maria Francisca Rodrigues da Costa (Trabalhadores do Setor Não Governamental)

Luiz Antônio de Camargo Neves (Usuários da Assistência Social)

1.3. CONVIDADOS

Clarice Portella de Lima (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Cidadania)

Adriana Cristina Pacífico Assumção (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Cidadania)

Andressa Bonafede Sanches (Estagiária de Serviço Social)

Márcia Alves Valter (Associação Rede ao Mar)

Marli Terezinha Varela Mette (Associação Rede ao Mar)

1.4 Justificativas

Eulália de Oliveira (Associação de Aposentados e Pensionistas de SFS)

1.5. SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS

Fábio da Costa (Secretário Executivo do CMAS)

2. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

A reunião ordinária do Conselho Municipal da Assistência Social – CMAS teve início às 09h17min, e término às 10h57min, sob a coordenação da Presidente, Sra. Maria Aparecida Loydi, com a presença dos Conselheiros, Secretário Executivo e convidados.

3. APROVAÇÃO DA ATA

3.1. Leitura e Aprovação da Ata nº 014/2016, de 06 de setembro de 2016, sem ressalvas.

4. DOCUMENTOS RECEBIDOS E EXPEDIDOS

4.1. Documentos Recebidos

4.1.1 Ofício nº3088/CGPC/DEFNAS/SNAS/MDSA - Brasília, 18 de agosto de 2016 – Ana Carolina Soares Cruz de Amorim – Coordenadora de Prestação de Contas – Resposta ao Ofício nº 0041 - SE/CMAS de 02 de junho de 2016. Informando que o Demonstrativo Físico Financeiro- SUASWEB 2013 foi habilitado para retificação por parte do gestor local;

4.1.2 E-mail – lucia.picinini@inss.gov.br – de 09 de setembro de 2016 – Sra. Lucia Helena Picinini – Assistente Social do INSS – Informando sobre o PL 2029/15 que institui a Política Nacional de Pessoas Vulneráveis;

4.1.3 E-mail - ceas@sst.sc.gov.br – de 16 de setembro de 2016 – Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS – Encaminhando a Carta Aberta do CEAS/SC em defesa da primazia das iniciativas estatais na área da Assistência Social, para conhecimento;

4.1.4 E-mail - ceas@sst.sc.gov.br – de 28 de setembro de 2016 – Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS – Solicitando se atualmente temos a atuação de algum/a conselheiro/a indígena nos Conselhos Municipais de Santa Catarina;

4.1.5 E-mail – mariakuhl@hotmail.com – 30 de setembro de 2016 – Sra. Maria Marli kuhl Schelbauer – SDSC – Encaminhando o questionário do censo SUAS 2016, o prazo para o preenchimento é até dia 18 de novembro;

4.1.6 Ofício/SDSC nº111/2016 – de 03 de outubro de 2016 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Cidadania – Sra. Clarice Portella de Lima – Secretária Municipal – Resposta ao ofício nº 052/16 – SE/CMAS, comunicando que já foi realizada a inserção dos dados no CNEAS da entidade Rede Feminina de Combate ao Câncer;

4.1.7 Parecer Técnico nº 002/16/CNEAS – de 03 de outubro de 2016 – Coordenação Municipal de Projetos SDSC – Parecer de visita técnica do CNEAS para inserção da entidade Rede Feminina de Combate ao Câncer;

4.1.8 E-mail - ceas@sst.sc.gov.br – de 05 de outubro de 2016 – Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS – Encaminhando o manifesto em defesa da Seguridade Social e das Políticas Públicas elaborado pelo município de Vargeão/SC;

4.1.9 E-mail- sec.sdsc@gmail.com – de 05 de outubro de 2016 – Sra. Fabiane Turnes da Silva – Coordenadora dos Conselhos SDSC – Convite para o projeto piloto da praia acessível que se realizou no dia 08/10/2016 a partir das 09hs na Enseada;

4.1.10 E-mail - vania@sinpsisc.org.br - de 05 de outubro de 2016 – Sra. Vania Machado – Presidente do CEAS/SC – Sugerindo que além de encaminhar os manifestos para os Conselheiros do CEAS, deve ser encaminhado também aos CMAS do Estado com um pequeno texto apresentando o assunto e a decisão de darmos conhecimento a todos;

4.1.11 E-mail- sec.sdsc@gmail.com – de 06 de outubro de 2016 – Sra. Fabiane Turnes da Silva – Coordenadora dos Conselhos SDSC – Convite para a festa de comemoração ao dia das crianças organizada pela SDSC, que se realizou no dia 10 de outubro no Terminal Marítimo de Passageiros;

4.1.12 Convite – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – de 10 de outubro de 2016 – Ação alusiva ao Dia Mundial da Alimentação, das 08h às 13h dia 14 de outubro no calçadão em frente à Millium;

4.1.13 E-mail – sec.gabinete@saofranciscodosul.sc.gov.br – de 11 de outubro de 2016 – Sr. Maximilian Scharmitzel – Secretaria do Gabinete do Prefeito – Encaminhando o Decreto nº 2.491/16 – que aprova o Regimento Interno do CMAS;

4.1.14 E-mail- sec.sdsc@gmail.com – de 18 de outubro de 2016 – Sra. Fabiane Turnes da Silva – Coordenadora dos Conselhos SDSC – Convite e programação para a comemoração ao Dia do Idoso – dias 19 e 20 de outubro na Associação dos Servidores Públicos de SFS;

4.1.15 E-mail- sec.sdsc@gmail.com – de 24 de outubro de 2016 – Sra. Fabiane Turnes da Silva – Coordenadora dos Conselhos SDSC – Encaminhando convite para o encontro sobre o programa Família Acolhedoras, no dia 26 de outubro às 13h30min no Terminal Marítimo de Passageiros;

4.1.16 E-mail- sec.sdsc@gmail.com – de 24 de outubro de 2016 – Sra. Fabiane Turnes da Silva – Coordenadora dos Conselhos SDSC – Informando que a confraternização entre os conselhos da SDSC será no dia 07 de dezembro às 14h em local a definir;

4.1.17 Convite – Rede Feminina de Combate ao Câncer de SFS – Programação do Outubro Rosa 2016.

4.2. Documentos Expedidos

4.2.1 E-mail – conselhos@saofranciscodosul.sc.gov.br – de 13 de setembro de 2016 – Sra. Carolina Albuquerque Schelbauer – Presidente OAB Subsessão SFS – Solicitando o empréstimo do Auditório da Sede da OAB para a realização de uma capacitação para este conselho;

4.2.2 Ofício nº 0049/2016 – SE/CMAS – de 13 de setembro de 2016 – Sra. Carolina Albuquerque Schelbauer – Presidente OAB Subsessão SFS – Solicitando o empréstimo do Auditório da Sede da OAB para a realização de uma capacitação para este conselho;

4.2.3 Ofício nº 0050/2016 – SE/CMAS – de 15 de setembro de 2016 – Sr. Thiago Nickel – Assessoria Jurídica – Informando que foram feitas adequações no Regimento Interno do CMAS e solicitando parecer jurídico a estas adequações;

4.2.4 Ofício nº 0051/2016 – SE/CMAS – de 19 de setembro de 2016 – Sr. Mário Alves de Souza – Presidente do Conselho Municipal de Saúde – Solicitando ao Conselho Municipal de Saúde que averigue a situação das entidades Comunidade Terapêutica Maná do Céu e Casa de Apoio Ombro Amigo, que ficam localizadas no bairro Gamboa, e as orientem para a sua regularização e respectivo registro no conselho;

4.2.5 Protocolo de Entrega – de 19 de setembro de 2016 – Sra. Neusa Ferreira da Rosa – Presidente da Rede Feminina de Combate ao Câncer – Comprovante de Registro no CMAS Nº 008/2016;

4.2.6 Ofício nº 0052/2016 – SE/CMAS – de 23 de setembro de 2016 – Sra. Clarice Portella de Lima – Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e da Cidadania – Encaminhando a documentação da Entidade Rede Feminina de Combate ao Câncer de SFS para inserção dos dados no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS;

4.2.7 Protocolo de Recebimento – de 26 de setembro de 2016 – Sra. Neusa Ferreira da Rosa – Presidente da Rede Feminina de Combate ao Câncer – Plano de ação com as adequações solicitadas pelo CMAS;

4.2.8 Relatório nº 003/2016 – Comissão Permanente de Financiamento e Orçamento do CMAS – de 29 de setembro de 2016 – Referente à reunião do dia 29 de setembro de 2016 na SDSC sobre a análise das contas do primeiro semestre de 2016, no que se refere à aplicação dos recursos recebidos. Informando que não foi possível efetuar a avaliação das contas, pois o órgão Gestor da SDSC não apresentou a documentação;

4.2.9 Protocolo de Recebimento – de 14 de outubro de 2016 – Sra. Marli Terezinha Varela Mette – Presidente da Associação Rede ao Mar – Documentos para solicitação de registro no CMAS;

4.3. Resoluções

4.3.1 Resolução 028, de 01 de novembro de 2016 – Dispõe sobre a Aprovação da Reprogramação de Saldos de Recursos de Repasse do FNAS/FEAS/FMAS para Serviços Socioassistenciais e propostas de aplicação destes recursos para 2016 e dá outras providências;

4.3.2 Resolução 029, de 01 de novembro de 2016 – Dispõe sobre a alteração das Comissões Permanentes do CMAS.

5. PAUTA DA REUNIÃO

5.1. Leitura e aprovação da ata anterior;

5.2. Documentos emitidos;

5.3. Documentos recebidos;

5.4. Reprogramação de Saldo;

5.5. Análise de documentação para pedido de Inscrição da Entidade “Associação Rede Ao Mar”;

5.6. Alteração das Comissões;

5.7. Assuntos Diversos.

6. ASSUNTOS TRATADOS

6.1. Reprogramação de Saldo Fundo Estadual de Assistência Social e Fundo Nacional de Assistência Social e Proposta de Aplicação

A convidada Adriana Cristina Pacífico Assumção, representante do setor financeiro da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Cidadania, informou que a reprogramação de saldo do FEAS e do FNAS, do exercício 2015, precisa de análise e aprovação deste Conselho. Do FNAS não havia muito saldo a reprogramar e do FEAS a mesma situação, pois só houve recebimento do FEAS em 2015 para proteção social básica e o restante foi distribuído de acordo com a necessidade dos serviços. Houve recebimento de recurso do FEAS para a proteção social básica, no valor de R$ 94.413,00 (noventa e quatro mil, quatrocentos e treze reais) para investimento e R$ 10.429,00 (dez mil, quatrocentos e vinte e nove) para custeio. Para investimento foi distribuído da seguinte forma: compra de fogões industriais para a proteção social básica para a preparação dos lanches que são servidos nas oficinas de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos nos CRAS e no CIS do Rocio Grande; compra de caixas de som com entrada USB e microfone sem fio que já era uma solicitação antiga dos CRAS, pois executam oficinas e necessitam de um som para as oficinas de dança e eventos. A secretária de Desenvolvimento Social e da Cidadania, Sra. Clarice Portella, esclareceu que o custo anual de locações com som, excede o valor dessa compra, o que torna muito mais viável sua aquisição. Frisou que a reprogramação de saldo é o dinheiro que sobrou do ano anterior e será gasto neste ano. A convidada Adriana continuou a apresentação da proposta de aplicação informando que serão comprados bebedouros para todos os CRAS e CIS, pois é uma grande necessidade destes equipamentos. Foi feito um levantamento de móveis que também estão necessitando, e serão comprados notebooks e aparelhos de data show para todos os CRAS. Pelo fato de alguns locais não comportarem ar

condicionado, serão comprados ventiladores industriais paras as salas onde são executadas as oficinas, pois não podem ser mais instalados ventiladores de teto em repartições públicas. E na parte de custeio, a convidada Adriana explicou que foi colocada a locação de impressoras para os CRAS, onde eles já utilizam este recurso. O contrato todo de locação de impressoras para todos os CRAS se dissolve e foi distribuído um pouco dos gastos nos recursos do FNAS e o restante no FEAS, para não ficar tudo em único recurso. O conselheiro Edison informou que é favorável à locação das impressoras, pois a manutenção fica sob a responsabilidade do locador e se torna mais econômico. A convidada Adriana disse que a tecnologia está avançando e ficamos com várias impressoras quebradas e velhas acumuladas, não podendo ser mais aproveitadas, sendo a manutenção e o tonner caros. Informou ainda que são comprados os vales-transportes para atendimento aos usuários e as assistentes sociais encaminham as solicitações quando necessitam para liberação na SDSC. Na reprogramação de saldo do FNAS foram colocadas as despesas com RH, pagamento de gratificações e capacitações. As gratificações já são pagas desde o ano passado, pois o conselho já havia aprovado a lei e também foi colocado um pouco do pagamento destas gratificações e a locação das impressoras, pois uma parte do contrato não cabe na proteção social básica, onde há pouco recurso financeiro do FEAS. Então é paga uma parte da locação das impressoras pelo recurso do FNAS e isso mantém o contrato do ano (R$ 19.000,00 para todas as impressoras locadas). O valor para o pagamento do contrato de locação do prédio para executar o CRAS Itinerante e CIS da Vila da Glória é R$ 12.000,00 (Doze mil reais). A conselheira Jucélia questionou se este valor é anual. A convidada Adriana respondeu que foi colocada somente uma parte do valor (R$ 24.000 o valor anual) e R$ 12.000,00 está na reprogramação. Uma parte dos vales-transportes (R$ 11.000,00 é o valor total) R$ 6.800,00 foi colocada nos recursos do FNAS. A convidada Adriana ainda informou que uma parcela da despesa com vale-transporte é paga com recurso próprio do município, quando necessário. Frisou que o cofinanciamento dos recursos federal e estadual está bem

atrasado. A secretária Clarice ressaltou que estamos fazendo a gestão com muito cuidado, buscando muitas parcerias, pois não foi repassado nenhum valor do governo estadual. Estes recursos que constam na reprogramação de saldos foi uma economia que a SDSC fez no ano de 2015. Informou que mesmo não recebendo recursos do Estado, não decaiu a qualidade dos serviços nos equipamentos, conseguindo executar os serviços e manter o contrato com os oficineiros. A SDSC e a Secretaria de Habitação estão sendo mantidas, em sua maior parte, por recursos próprios do município. Falou que é integrante do colegiado nacional de gestores da Assistência Social, com reuniões em Brasília e participa intensamente dos debates a respeito dos repasses de recursos federais aos municípios, pois não estão acontecendo. Estão lutando muito para manutenção da política de Assistência Social em Brasília, pelos recursos para que realmente continuem sendo repassados conforme preconiza a lei. A secretária Clarice frisou que apesar da crise, o município não deixou de oferecer os serviços e os benefícios eventuais para as famílias e citou a importância do poder público trabalhar com as parcerias. A conselheira Maria Isabel questionou se será discriminado para onde será destinado cada item que está constando na tabela da proposta de aplicação dos recursos. A secretária Clarice esclareceu que todos os equipamentos receberão os mesmos itens por igual. A convidada Adriana explicou que na alta complexidade constam as despesas com a manutenção da casa abrigo e distribuiu o saldo a reprogramar em gêneros alimentícios e produtos de higiene e limpeza. Informou que atualmente a casa abrigo está com um total de 16 (dezesseis) acolhidos. A secretária Clarice disse que há uma despesa muito grande na manutenção da casa abrigo, pois incluem os gastos com medicamentos, leite, fraldas, alimentação, etc. A convidada Adriana explanou sobre os recursos do IGD Bolsa Família, sendo o saldo de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) que tinha a reprogramar. Há os veículos que foram comprados com este recurso e está discriminada na tabela da proposta de aplicação a manutenção dos mesmos. A conselheira Jucélia disse que este recurso só pode ser utilizado para questões pertinentes ao Programa

Bolsa Família. A convidada Adriana informou que o que será gasto é relacionado à gestão do Programa Bolsa Família num todo, e os veículos são utilizados para este finalidade também. A secretária Clarice disse que a gestão do PBF é ampla e envolve o Cadastro Único e o SCFV. Não se refere exclusivamente ao gestor do programa, e sim a gestão dos serviços que estão ligados ao PBF. E que para poder participar dos serviços dos CRAS, o usuário precisa estar cadastrado no Cadúnico. A gestão do serviço é desenvolvida nos equipamentos com serviços para as pessoas que fazem parte deste cadastro único. A convidada Adriana disse que o recurso é direcionado a tudo que envolve o atendimento do usuário e que nos CRAS são atendidos os usuários cadastrados no Cadúnico. Ressaltou que nas orientações para o gasto dos recursos do IGD - PBF já preveem o suporte ao atendimento das pessoas cadastradas no Cadúnico. A convidada Adriana concluiu a apresentação informando que na média complexidade tem as despesas com gratificações e RH, locação de 01 (uma) impressora para o CREAS e a manutenção do veículo exclusivo (Uno Vivace) que foi doado pelo estado (discriminado R$ 3.000,00 para peças e R$ 3.000,00 para mão de obra). O valor de R$ 33.530,03 (trinta e três mil, quinhentos e trinta reais) foi distribuído conforme a necessidade. Ao final, este colegiado aprovou por unanimidade a apresentação dos saldos para reprogramação e proposta de aplicação dos recursos conforme tabelas abaixo:

REPROGRAMAÇÃO DE RECURSOS DO EXERC. 2015 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS

Reprogramação Proteção Básica - investimento saldo 94.413,00	
Fogões industriais	2.046,00
Caixas de som, microfones, smart TV	11.910,00
Bebedouros	15.510,00
Móveis	25.870,00
Data show	10.000,00
Notes book	24.500,00
Ventiladores	4.577,00
TOTAL	**94.413,00**

Reprogramação Proteção Básica - custeio saldo 10.429,00	
Locação impressoras para os CRAS	5.000,00
Vales transportes (atendimento usuários - da Proteção Básica	5.000,00
Utensílios de cozinha (garrafas térmicas, outros)	429,00
TOTAL	**10.000,00**

REPROGRAMAÇÃO DE RECURSOS DO EXERCÍCIO DE 2015 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

Reprogramação Proteção Social Básica - CUSTEIO saldo 115.000,00	
DESPESAS COM RH/GRATIFICAÇÕES/CAPACITAÇÕES	29.252,00
LOCAÇÃO IMPRESSORAS PARA OS CRAS/CIS	14.380,12
LOCAÇÃO VILA	12.000,00
Vales Transportes	6.840,00
ALIMENTOS	3.177,00
Material Oficinas Serviço de Convivência	2.156,84
Oficineiros Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	46.302,40
TOTAL	**114.108,36**

Reprogramação Proteção Social Especial Alta - custeio saldo 18.579,99	
Gêneros Alimentícios	4.579,99
Material de Higiene e Limpeza	14.000,00
TOTAL	**18.579,99**

Reprogramação IGD/BOLSA - custeio saldo 20.000,00	
Seguros/Manutenção Veículos	15.000,00
Capacitações	5.000,00
TOTAL	**20.000,00**

Reprogramação Proteção Social Esp. Média Complexidade - CUSTEIO - saldo 33.530,03	
DESPESAS COM RH/GRATIFICAÇÕES/CAPACITAÇÕES	31.930,03
LOCAÇÃO IMPRESSORA PARA O CREAS	1.600,00
TOTAL	**33.530,03**

6.2. Análise de documentação para pedido de Inscrição da Entidade "Associação Rede Ao Mar"

O secretário executivo Fábio informou que a Entidade Associação Rede Ao Mar havia solicitado o registro no CMAS no início deste ano, porém foi indeferido pelo fato de a instituição não ter o mínimo de 01 (um) ano de funcionamento no município. Sendo assim, a instituição solicita o registro do programa denominado Contra Turno Social, e apresentou a documentação conforme preconiza a Resolução CMAS nº 001/15: plano de ação; requerimento de Inscrição; cópia dos atos constitutivos registrado em cartório; cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório; cópia do Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ; cópia da Carteira de Identidade (RG), do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e, do comprovante de residência dos dirigentes da entidade; declaração da realização de ações socioassistenciais, de forma gratuita, continuada e planejada, sem qualquer discriminação, pelo representante legal da entidade e cópia do Alvará Sanitário e do Alvará de Localização e Permanência, dentro do prazo de validade. Ressaltou que a Comissão de Normas, Regulamentos e Inscrições fará a avaliação dos documentos e posterior visita técnica *in loco* para subsidiar o processo. A secretária Clarice comentou que conheceu a entidade, pois teve uma solicitação através da Secretaria de Habitação para a doação de um terreno para a construção de uma sede própria. Disse que ficou maravilhada com o programa, pois temos no município uma deficiência muito grande no atendimento de crianças na faixa etária de 0 a 6 anos em contra turno, por conta que o município não conseguir fazer o ensino em tempo integral, especialmente às crianças de 4 a 6 anos em fase de escolarização que ficam somente meio período na escola. Relatou que é um trabalho muito bem executado, conversou com os voluntários que fazem parte da entidade, todos profissionais e que o pleito deles, a doação do terreno para construção da sede, foi aceito e já está em tramitação legal na câmara de vereadores. Destacou que quanto mais parcerias privadas vierem é melhor para todos. O

prefeito também esteve fazendo uma visita à entidade e gostou muito do programa. A secretária Clarice explicou que para darem continuidade ao programa, há a necessidade de inscrição da entidade no CMAS, pois não é só o investimento do município através da parceria na execução do serviço, mas também favorece a entidade para receber recursos de outras empresas que exigem o certificado de registro neste conselho. A convidada Marli agradeceu a oportunidade de estar mais uma vez na plenária do CMAS apresentando o Programa de Contra Turno Social denominado Pepe Efata, que é executado pela entidade Associação Rede ao Mar, que fica situada à Rua Aurora, 230 – Ubatuba. Comentou que este programa já existe em outras regiões do país e tem vários coordenadores. Em SC há 09 (nove) municípios que o desenvolvem também. Disse que no município de Balneário Camboriú eles têm total parceria da prefeitura e atendem 80 (oitenta) crianças. O atendimento do programa é direcionado para crianças na faixa etária de 4 a 6 anos de idade, devidamente matriculadas na escola regular. Como pela nova lei educacional estas crianças da referida faixa etária tem que estar matriculadas na escola, o CMEI não pode mais atendê-las, então elas vão para o contra turno escolar. O programa acolhe esta criança por três anos, sendo o atendimento de forma continuada. A convidada Marli explicou que é feito o fortalecimento do vínculo com a família, há o visitador e equipe técnica (assistente social e psicóloga). O visitador vai até a família e a instituição fornece toda a assistência aos pais, faz reuniões periódicas, palestras, todo o aprofundamento do vínculo da criança com a família e também faz encaminhamentos. A convidada Marli ressaltou que como há necessidade de ampliar o número de atendimentos, então recorrem para parceria com o setor privado. O setor privado impõe a condição de que a entidade possua o registro no CMDCA e no CMAS. Destacou que é um programa muito bem elaborado e há treinamentos para os facilitadores que trabalham com as crianças. Segundo a convidada Marli, já houve questionamentos, em alguns lugares, que por terem uma parceria com a Igreja Batista Restauração, as crianças atendidas somente são desta igreja, ou seja, a associação Rede ao Mar está fazendo um

programa para atender só as crianças da igreja. Esclareceu que o atendimento é gratuito e para todas as crianças do município de SFS. Falou que a maior dificuldade é trazer as crianças até a instituição. A intenção da entidade é pedir uma condução para a Receita Federal para poder trazer a criança até a entidade, mas para isto, depende da aprovação e registro no CMAS. Informou que já está tramitando na câmara a solicitação para Utilidade Pública Municipal. O conselheiro Edison perguntou quais as localidades que são atendidas pelo programa. A convidada Marli esclareceu que o programa é para São Francisco do Sul. É feito um cadastro e o critério de atendimento é para crianças de baixa renda, por isso solicitará uma condução para ir buscar a criança. O espaço tem capacidade para atender até 20 (vinte) crianças por período e hoje são atendidas 18 (dezoito) crianças em meio período, somente no turno vespertino. A comissão de normas, regulamentos e inscrições se reunirá para analisar a documentação da entidade e fará uma visita *in loco* para subsidiar o processo.

6.3. Alteração das Comissões

O conselheiro Edison ressaltou que é marcado um dia para a reunião de cada comissão e não dá para ficar faltando e remarcando toda hora. Disse que enquanto membro de 02 (duas) comissões encontrou algumas dificuldades e que há necessidade de fazer alterações. Não há como satisfazer as particularidades de cada um, e sim as necessidades do conselho. Lembrou que o quórum mínimo para as reuniões são três conselheiros. Foram marcadas reuniões da comissão de financiamento e orçamento diversas vezes, e não teve quórum. É necessário uma comissão atuante e presente, para que possa deliberar as questões urgentes do CMAS. A presidente Maria Aparecida, membro integrante da comissão de financiamento, falou que ainda estão desnorteados e que não sabem de que forma procederão para a análise das contas da assistência social. A plenária sugeriu convidar um contador para auxiliar neste processo. Após aprovação do conselho, o secretário executivo Fábio fez a leitura dos membros de cada comissão permanente do CMAS para que sejam

feitas as devidas alterações ou substituições. Após discussões pelo colegiado, foram alteradas as seguintes comissões: **Comissão de Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família** – Presidente: Jucélia da Rocha; Relatora: Célia Cecília Ritt Loch; Membros Componentes: Maria Isabel Simas Pacheco, Jeanice Cristine Ozório Corrêa Krapp e Edison Souza Sales. **Comissão Permanente de Normas, Regulamentos e Inscrições:** Presidente: Jeanice Cristine Ozório Corrêa Krapp; Relator: Edison Souza Sales; Membros Componentes: Paulo Cesar Pereira (em substituição a conselheira Eliane), Jucélia da Rocha e Cláudia Musse. **Comissão Permanente de Financiamento e Orçamento da Assistência Social:** Presidente: Maria Isabel Simas Pacheco; Relator: Edison Souza Sales; Membros Componentes: Regina Maria Paiva Mendonça, Jucélia da Rocha e Maria Aparecida Loydi**.**

7. ASSUNTOS DIVERSOS

7.1. Programa Criança Feliz MDSA

A secretária Clarice disse que faz parte do colegiado de gestores da política de assistência social, e com referência ao programa de primeira infância denominado “Criança Feliz”, foi um debate bastante intensivo em Brasília e somente foi aprovado agora. Trata-se de um programa para atender presencialmente todos os filhos de beneficiários do Programa Bolsa Família. Os recursos deste programa só serão cofinanciados a partir do ano de 2017. Falou que tem coisas que temos que aproveitar do programa, pois ele vem de cima para baixo e não há como retroagir. O Programa Criança Feliz já é algo que executamos, pois é o SCFV no CRAS. É claro que em alguns municípios do país já possuem mais ênfase nesta questão do atendimento de crianças de 0 a 6 anos, alguns com menos, outros com pequenos projetos desenvolvidos. A secretária Clarice complementou dizendo que em SFS iniciou este trabalho porque quando assumiu a gestão da SDSC não havia nos equipamentos o serviço direcionado para crianças. Sendo assim, já temos oficinas específicas para o trabalho com criança, e até em alguns equipamentos fazem este serviço em parceria com os idosos. A resolução que institui o Programa Criança Feliz ainda não veio para os municípios, e através

do colegiado dos gestores da assistência social conseguiu-se construir algumas coisas que vem em benefício da assistência social e é algo que vem para complementar esta política. Esses recursos que virão em prol do Programa Criança Feliz não são recursos da assistência social, eles provem de outras políticas. Este ano e em 2017 só farão a adesão ao programa aqueles municípios que já possuem o SCFV para crianças de 0 a 6 anos bem estruturados e fortalecidos. O alvo do programa é dar assistência a crianças nos primeiros 1.000 (um mil) dias de vida (até os 03 anos de idade) e vai contemplar também as gestantes. Primeiro o estado faz a adesão assinando o termo de aceite e para 2017 será expandida aos municípios. Existe a figura do visitador, cada um com uma quantia X de famílias a serem visitadas para fazer o atendimento presencial aos filhos de beneficiários do Bolsa Família. Ele não fará o trabalho do assistente social, pois quem vai fazer a abordagem é a equipe técnica dos CRAS. Os visitadores serão capacitados e terá o assistente social e psicólogo que gerenciarão todo este processo. Quem vai executar os trabalhos é a assistência social. O programa está muito ligado ao conselho de assistência social, será cofinanciado e passará pela aprovação do referido conselho. Será intersetorial (Educação, Saúde e Assistência Social), pois quando se formalizar o cofinanciamento, estes tem que ser obrigatórios e estarem como parceiros. O conselheiro Edison comentou que pode ser feita uma comparação com o CadÚnico que já faz uma ponte com a saúde, educação e assistência e o profissional que faz o atendimento para a família, que é o educador social no CRAS, muitas vezes visita aquela família que o profissional técnico de nível superior não pode no momento, fazendo esta ponte entre os profissionais (assistente social e psicólogo) e a família. Será a mesma coisa com o visitador do programa criança feliz com o técnico de nível superior e a família. A secretária Clarice disse que quando tiver acesso à resolução, quem sabe na próxima reunião do conselho, poderá fazer a apresentação de todo o programa, pois entende que os conselheiros devem conhecê-lo.

7.2. Relatório Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social

O conselheiro Edison fez a leitura do Relatório nº 003/2016 conforme segue abaixo:

Pauta: Análise das Contas do 1º Semestre da Assistência Social referente o ano de 2016.

A Comissão Permanente de Financiamento da Assistência Social, atualmente representada pelos conselheiros, conforme Resolução CMAS nº 019 de 21 de julho de 2016, neste dia representada pelos conselheiros: Sra. Maria Isabel Simas Pacheco – Presidente, Sr. Edison Souza Sales – Relator; e Sra. Maria Aparecida Loydi membro componente, estiveram reunidos às 10h00min do dia 29 de setembro de 2016, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Cidadania, para analisar as contas do 1º Semestre da Assistência Social do ano de 2016, no que se refere à aplicação dos recursos recebidos. Conforme ofício nº 0048/2016 do CMAS encaminhado ao órgão gestor da SDSC solicitando os documentos para análise da movimentação financeira dos recursos envolvidos da área do FMAS, esta comissão recebeu para explanação dos procedimentos que seguem as contas, a servidora Adriana Pacífico Assunção, a qual informou que devido às documentações não terem retornado a tempo da contabilidade da Prefeitura Municipal, não seria possível concluir a análise, sendo assim solicitado a esta comissão nova data para apresentação após o retorno das devidas documentações ao setor da SDSC. A Comissão Permanente de Financiamento da Assistência Social aguarda a resposta via ofício informando o recebimento de tais documentos ao órgão Gestor, para assim, ser marcada nova reunião de análise. Neste sentido, informamos que as análises e avaliações não foram realizadas, pois o órgão gestor da SDSC não apresentou tais documentos das atividades desenvolvidas pelo município bem como os recursos financeiros repassados pelo Governo Federal, aplicados na esfera municipal. Desta forma, não conseguimos cumprir os prazos determinados em reunião que as contas seriam avaliadas a cada 03 (três) meses, para assim evitar acúmulos na averiguação dos processos. Estiveram presentes também nesta reunião os convidados Fábio da Costa – secretário executivo do CMAS, Eliane Batista – coordenadora do Cadastro Único, os quais apresentaram os últimos relatórios de Análise da

última Comissão de Assistência Social, e Adriana Cristina Pacífico Assumção – representante do setor administrativo e financeiro da SDSC. O conselheiro Edison informou que a comissão de financiamento encontrou dificuldades por parte do órgão gestor em enviar a documentação do primeiro semestre de 2016. A comissão de financiamento e orçamento irá aguardar o retorno dos documentos para poder fazer a análise. Sendo assim, será analisada toda a documentação referente ao ano de 2016, pois não foi recebida a documentação semestral conforme solicitado pelo Conselho através de ofício nº 048, de 30 de agosto de 2016, ao Órgão Gestor.

7.3. Reuniões das Comissões

Ficaram agendadas as datas para as reuniões das comissões que se reunirão na SDSC conforme descritas a seguir: Comissão de Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família – 21 de novembro às 09h30min; Comissão Permanente de Normas, Regulamentos e Inscrições – 03 de novembro às 08h00min / 02 de dezembro às 09h00min; Comissão Permanente de Financiamento e Orçamento da Assistência Social – 24 de novembro às 09h00min e Comissão Permanente de Política de Assistência Social – 02 de dezembro às 09h00min.

7.4. Parceria SDSC e Grupo de Serviços Sociais de Voluntários de SFS

A conselheira Maria Isabel comentou que a entidade Grupo de Serviços Sociais de Voluntários de SFS recebeu a doação de uma máquina de fraldas e se seria possível uma parceria desta entidade com a SDSC, pois assim poderiam fazer as doações de fraldas para a casa abrigo. A secretária Clarice disse que já tentaram fazer esta parceria, porém não foi possível. Informou que alguns bebês usam fraldas especiais e não tem como unificar um único tipo de fralda. É uma situação delicada e justamente por esta questão não se concretizou a parceria.

7.5. Confraternização de Conselhos da SDSC

O secretário executivo Fábio informou que a Confraternização de Conselhos será no dia 12

de dezembro às 09h no Portal Marítimo de Passageiros. Cada conselheiro levará um prato (doce ou salgado) ou um suco/refrigerante.

8. PRÓXIMA REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 06/12/2016 (Terça-Feira)

Horário: 09h00min

Local: Sala de Reuniões da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Cidadania (SDSC)

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nada mais havendo a tratar, a Presidente, Sra. Maria Aparecida Loydi, encerrou a reunião às 10h57min, e eu, Fábio da Costa, Secretário Executivo deste Conselho, lavro e assino a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos demais Conselheiros presentes.//

Fábio da Costa
Secretário executivo

Maria Aparecida Loydi

Edison Souza Sales

Paulo Afonso da Silva

_____	_____
Cláudia Musse	Jucélia da Rocha
_____	_____
Marivaldo Lézion Oliveira	Eliane Maria Gonçalves
_____	_____
Célia Cecília Ritt Loch	Emile Ventriglio
_____	_____
Jeanice Cristine Ozório Corrêa Krapp	Maria Isabel Simas Pacheco